

DO MITO AO REAL

Fantasia ou
(pré) sentir a Realidade?

Cid Seixas

Habitante de um mundo de prodígios, o bicho homem se vale de narrativas fabulosas para explicar as coisas e fenômenos que o rodeiam.

Todos encantados. As formas ancestrais da nossa desencantada ciência compreendiam o universo através de um discurso tão insólito quanto o nosso próprio mundo.

Mas, o que é o mito? Para o poeta Fernando Pessoa:

“O mytho é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mytho brilhante e mudo --
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.”

O primeiro verso revela que uma afirmativa mítica tanto pode se perder no vazio da insignificância quanto pode remeter a um turbilhão de significados. Quando o pensamento mais elementar tenta compreender o desconhecido, ele constrói uma narrativa, ou uma pequena história, tentando explicar o que vê e ainda não compreende.

Assim são os mais complexos fenômenos da natureza, tomados como deuses pelas culturas em estágio de construção inicial. Para compreender o relâmpago, a mente do indiozinho menino pode gestar a lenda de um deus acendendo o fogo no céu. Essa lenda vai se aprimorando, através da observação do fenômeno ocorrido, e vai, cada vez mais, descrevendo com propriedade o objeto, antes, inteiramente desconhecido. Essa narrativa mítica, ao conseguir compreender o ocorrido, ao longo do tempo e das gerações de pessoas, deixa se ser um invento fantasioso para ser uma forma de conhecimento pré-científico.

Veja-se que, para o espanto dos mais cômnicos do próprio saber, a ciência de hoje nada mais é do que um estágio do pensamento mítico futuro. As técnicas do conhecimento de amanhã podem descobrir que a verdade científica de hoje é apenas um velho mito reconstruído.

Como o termo grego já indicava, *mythos* nessa língua tem a ver com *narrar*, *contar* e até mesmo *astuciar*.

Outro verso de Pessoa, que enriquece o que aqui se pensa, retirado do mesmo poema “Ulysses”, do livro *Mensagem*:

“Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade.”

É por isso que o saber mais sensato não rejeita as várias formas que a consciência utiliza para ter ciência do mundo. Todas as formas de conhecimento, das mais ancestrais e *primitivas* às *derivadas*, mais elaboradas que as anteriores, portanto, são igualmente eficientes na sua tarefa de traçar os contornos do real. Estranhamente, a coceira do bicho de pé politicamente correto de alguns exorciza o uso de expressões como “primitiva”, supondo que o preconceito das mentalidades desaparece, num passe mágico, com a

supressão totêmica de uma simples palavra, cujo sentido nos é dado transformar, inverter e redimensionar ao sabor da fala. Pobre animal humano...

O saber não mais ignora que a mitologia de um povo é um fato decisivo como marco fundador da realidade; mesmo quando, através de construções fabulosas, os mitos remetem o observador à perplexidade. É aí, talvez, que surge a oposição entre as formas conscientes e as formas inconscientes do conhecimento.

Os rituais míticos dão conta de um conjunto de saberes difuso, ainda não fixado pela consciência, mas decisivo nas intervenções destinadas à constituição da realidade – um



conhecimento inconsciente, portanto. Já o saber da ciência é a sistematização do que o homem foi capaz de captar através da consciência. (Curiosa coincidência é a convergência de som e sentido das palavras “ciência” e “consciência”, dois passos próximos.)

As construções do espírito desempenham um papel mais ativo e basilar, no que diz respeito ao mundo dos homens e mulheres, do que as obras materiais ou os poderosos fenômenos da natureza.

A semiótica, herdeira da tradição que identifica a teoria do conhecimento com a teoria da linguagem, mostra o quanto somos falados pela nossa língua, isto é, o quanto somos levados a dizer e a pensar não aquilo que queremos, mas aquilo que somos obrigados a pensar, pela forma do nosso discurso e pelo seu comprometimento com as circunstâncias que a produziram. Ou ainda, evidencia o quanto as nossas ações e a nossa ideologia estão determinadas pelos *idola* ou pelos signos da constelação humana.

Um autor do século XVI, o filósofo Francis Bacon, formulou o conceito de *idola* como filtros modificadores da realidade oferecida pela natureza. A sua preocupação com a objetividade do conhecimento teve como consequência radical a formulação da dúvida

da validade de todo saber. A designação proposta para os condicionamentos impostos ao espírito pelas concepções científicas e filosóficas (*idola theatri*) parte do seguinte pressuposto: as verdades dos sábios são como as verdades apresentadas pelos poetas trágicos ou cômicos no teatro; isto é, são todas fictícias.

Esboçava-se a dicotomia anti-sofística destinada a opor o mundo da cultura, da linguagem, portanto, ao da natureza, predicando o atributo de falsidade ao primeiro e de verdade ao segundo.

Uma das grandes lições trazidas, nesse campo, para o pensamento do século XX foi a evidência, demonstrada por Freud, de que os fatos pertencentes à esfera da realidade psíquica são mais tirânicos para o homem do que os fatos que se originam na realidade material. Isto porque os fatos materiais, concretos, só se transformam em fatos humanos quando perpassam a esfera da realidade psíquica. De certo modo, essa evidência já foi teorizada por Bacon no *Novum Organum*, mas com Freud desaparece inteiramente a doutrina valorativa. A cultura não está obrigada a ajustar as suas verdades à verdade da natureza, como queria o filósofo seiscentista. Transitando dos mitos culturais aos

individuais, Freud conseguiu, com as suas descobertas, que, pessoas do século vinte e do atual, pudessem equiparar a realidade psíquica à realidade material. Ambas atuam decisivamente sobre a vida humana

O centro é deslocado, copernicamente, dos fenômenos naturais para os fenômenos humanos propriamente ditos. Assim como o analista freudiano não se interessa pelo que factualmente aconteceu, mas pelo que o discurso do analisante constitui; não são os fatos efetivamente ocorridos que constroem e determinam a vida psíquica do gênero humano, mas aquilo que a mente faz desses fatos ou da ausência dos mesmos. Não é um fato objetivo, ou melhor, um fato real, que é o responsável pelo trauma; mas um fato imaginário, que redimensiona e reescreve a realidade.

As disciplinas e ciências mais diversas são obrigadas a repensar continuamente o conceito de real, abandonando a ideia de uma realidade absoluta dada ao homem, pronta e imutável, em favor da concepção da realidade como fruto de um acordo capaz de conferir tal estatuto a um conjunto de fenômenos eleitos como balizadores do real.

Podemos chamar a esse conjunto de ações e pontos de vista, instituídos e aceitos pela

cultura, ou a essa realidade socialmente construída, de *espaço de convenção*. Assim, procuramos sublinhar que se trata de uma eleição, de um contrato social, que convencionam o que devemos entender por realidade e o que devemos expulsar dos seus limites para garantir a condição de “normalidade” à nossa percepção do mundo.

Fechando o círculo, mesmo falando de outros fatos, retornamos à estrutura do mito. Objeto eminentemente cultural, o mito interpreta e constrói a realidade necessária às práticas e aos anseios de um grupo cultural.

linguagens.ufba.br/2021/mito-real.pdf

DO MITO AO REAL. Publicado com o título O MITO COMO REALIDADE DO HOMEM. Coluna “Leitura Crítica” do jornal *A Tarde*, Salvador, 23 set. 96. Publicado em *Da invenção à literatura: textos de filosofia da linguagem*. Salvador, Rio do Engenho / Editora Universitária do Livro Digital, E-Book.Br, 2017, p. 23-30.

<https://issuu.com/e-book.br/docs/invencao>
www.linguagens.ufba.br/pdf/invencao.pdf